



AGENDA LEGISLATIVA

2 A 6 DE DEZEMBRO DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

Segunda-feira (02/12)

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

Audiência Pública - Tema: TV 3.0 e DTV+: o sistema de TV aberta orientado a aplicativos.

Convidados:

- Paulo Alcoforado, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine);
- Ana Eliza Faria, coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) de Migração do SET e participante do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Fórum SBTVD);
- Marcelo Moreno, coordenador do GT de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD; E
- Sergio Santoro, coordenador do Módulo de Mercado do Fórum SBTVD.

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

Reunião - Temas: (I) Relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do CCS, elaborado pela comissão de relatores composta pelos conselheiros Valdevez Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich; (II) Proposta de realização de audiência pública sobre regulação do *Video on Demand (VoD)*, apresentada pela conselheira Sonia Santana; e (III) Encerramento dos trabalhos do Conselho no ano de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (03/12)

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Plenário nº 3, 10h00

Audiência Pública - Tema: Inteligência Artificial e as mudanças na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Convidados:

- Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Macaé Evaristo, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Lucas Borges de Carvalho, gerente de Projetos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- André Fernandes, representante do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec);
- Caio Barroso, influencer e advogado;
- Pedro Daher Simão, influencer e jornalista;
- Francisco Figueiredo, influencer e jornalista.
- Representante do Supremo Tribunal Federal (STF); e
- Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / A Definir, 14h00

Audiência Pública - Tema: Proposta de redução da semana de trabalho ("PEC 6x1").

Convidados:

- Pedro Lupion (PP/PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA);
- Reginaldo Lopes (PT/MG), deputado federal;
- João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, Superintendente de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Maria Aparecida Faria, presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores Nacional;
- Miguel Torres, presidente da Força Sindical;
- Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT);
- Roberto Lopes, advogado da Diretoria Jurídica e Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Representante da Casa Civil da Presidência da República;
- Representante do Ministério da Previdência Social (MPS); e
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h00

Reunião Deliberativa - Tema: Definição das emendas ao orçamento e às diretrizes orçamentárias

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / A Definir, 14h00

Audiência Pública - Tema: Proibição de cobrança por geração de tráfego de dados na internet ([PL 469/2024](#)).

Convidados:

- Flávio Lara Resende, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert);
- Márcio Novaes, presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel);
- Carlos Baigorri, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Marcos Ferrari, presidente da Conexis Brasil Digital;
- Maurício Oliveira, diretor-presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint);
- Alessandro Molon, diretor-executivo da Aliança pela Internet Aberta (AIA);
- Aníbal Diniz, Consultor da Associação NEO;
- Larissa Jales, gerente de Políticas Públicas da *Global System For Mobile Communications* (GSMA);
- Ricardo Campos, professor da *Goethe Universität Frankfurt*; e
- Representante do Ministério das Comunicações (MCom).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 15h00

PLP 4/2024 - Institui o Programa de Regularização de Débitos Tributários e não Tributários para a redução dos Litígios Federais e para a Regularização dos débitos dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Item nº 4.

Autor: Luiz Gastão (PSD/CE)

Relator: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)

Parecer: Pela aprovação, com emendas.

PL 2141/2023 - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade. Item nº 7.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

PL 606/2024 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela. Item nº 8.

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)
Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)
Parecer: Pela rejeição.

Quarta-feira (04/12)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h00

Audiência Pública - Tema: Tecnologia e regulação de sistemas de Inteligência Artificial.

Convidados:

- Arthur Pereira Sabbat, diretor-presidente substituto da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
- Andrey Ribeiro Perez Nunes, gerente de Controle de Obrigações de Qualidade da Superintendência de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- Vagner Luis Latsch, coordenador-geral de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Patricia Alessandra Morita Sakowski, técnica de Planejamento e Pesquisa do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Juliano Maranhão, professor da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador associado do Centro de Inteligência Artificial da USP;
- Fabiano Hartman Peixoto, professor da Universidade de Brasília (UnB), membro do Laboratório de Direito e Inteligência Artificial;
- Filipe José Medon Affonso, membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ, coordenador de Proteção de Dados e Inteligência Artificial; e
- Leandro Alvarenga Miranda, membro da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e diretor jurídico da Associação Nacional de Bureaus de Informação (ANBI).

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 09h30

Reunião Deliberativa - Tema: Discussão e votação das sugestões de emendas à LDO e à LOA

CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL / Anexo II, Plenário 06, 10h00

PL 2853/2022 - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências. Item nº 7.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PLP 137/2019 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial. Item nº 8.

Autor: Flávio Arns

Relator: Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CICS.

PL 514/2011 - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar. Item nº 16.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo adotado pela CCTI.

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 19.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda 1/23 da CFT, com substitutivo.

PL 2346/2021 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre aperfeiçoamentos no sistema de notificação de óbitos de idosos. Item nº 28.

Explicação: para subsidiar a tomada de decisões sobre as políticas de saúde da pessoa idosa, o Sistema Único de Saúde implementará um sistema de notificação de óbitos de idosos com informações completas, incluindo: data e hora do óbito; causa mortis"; condições de saúde prévias ao óbito; local de ocorrência do óbito (domiciliar, hospitalar ou outros); tempo de internação, se óbito hospitalar; local e tipo de residência do idoso (próprio domicílio, instituição de longa permanência pública, privada, filantrópica, ou outros).

Autor: Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

Reunião Deliberativa - Tema: Discussão e votação das sugestões de emendas a LDO 2025 e a LOA 2025

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00

Reunião Deliberativa - Tema: Definição das emendas ao orçamento e às diretrizes orçamentárias. Discussão e votação das sugestões de emendas a serem oferecidas pela Comissão à LDO e à LOA para o ano de 2025.

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Anexo II, Plenário 03, 11h30

Reunião Deliberativa - Tema: Discussão e votação das sugestões de emendas ao PLOA 2025

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00

Reunião Deliberativa - Tema: Discussão e votação de sugestões de emendas ao PLDO e PLOA 2025.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h30

REQ 55/2024 - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta. Item nº 11.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 22.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, utilizando o exemplo de publicidade sobre apostas esportivas, que, apesar de ilegais no Brasil, seguem ocorrendo nacionalmente devido à esta brecha na legislação.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 36.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / Anexo II, Plenário 09, 16h00

Audiência Pública - Tema: Redução da jornada de trabalho e o fim da jornada 6x1

Convidados:

- Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB Brasil);
- Assis Melo, presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal);
- João Nadir Pires, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuário do Estado do Rio Grande do Sul (FETICVERGS);
- Crislaine Pereira Carneiro, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio Grande do Sul (SintrateIRS);
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC);
- Ricardo Azevedo, do Movimento Vida Além do Trabalho;
- Fernanda Caetano, do Movimento Vida Além do Trabalho;
- Priscila Araujo, do Movimento Vida Além do Trabalho;
- Patricia Ikuno, do Movimento Vida Além do Trabalho;
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quinta-feira (05/12)

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Anexo II, Plenário 04, 10h00

Reunião Técnica - Tema: Impactos da Inteligência Artificial na economia.

Convidados:

- Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Luis Claudio Kubota, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Sérgio Schirato, CEO da Daemon Investments;
- Leonardo Monastério, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário nº 1, 10h00

Audiência Pública - Tema: Implicações das decisões tomadas no inquérito das Fake News.

Convidados:

- Marco Aurélio de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Sebastião Coelho, desembargador;
- Vladimir Passos de Freitas, desembargador e professor;
- Ives Gandra Martins, advogado e jurista; e
- André Marsiglia, advogado e professor.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (03/12), 14h00

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 2.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

Quarta-feira (04/12), 14h00

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 2.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Parecer: Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

Quinta-feira (05/12), 11h00

PLP 124/2022 - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária. Item nº 1.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pendente

PLP 125/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. Item nº 2.

Explicação: Dentre outros, o texto propõe acerca da extinção do crédito tributário, a sentença arbitral transitada em julgado de maneira favorável ao contribuinte.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pendente

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Item nº 3.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pendente

Terça-feira (03/12)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 09h00

Audiência Pública - Tema: Debater sobre: "O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos Humanos.

Convidados:

- João Caldeira Brant Monteiro de Castro, secretário nacional de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM);
- Paula Montagner, subsecretária de Estudos e Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Renan Bernardi Kalil, coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho da Conafret e membro do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial do Ministério Público do Trabalho (MPT);

- Gustavo Borges, diretor do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias – LabSul;
- Priscila Lauande, advogada e assessora jurídica;
- Tainá Aguiar Junquillo, representante da Liderança do Governo;
- Admirson Medeiros, representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH);
- Renata Mieli, representante do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGI / MCTI);
- Paula Guedes, representante da Coalizão Direitos na Rede (CDR);
- Atahualpa Blanchet, representante do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH);
- Representante do Ministério Público (MPF);
- Representante do Supremo Tribunal Federal (STF);
- Representante da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados (CDHM);
- e
- Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

Reunião - Tema: Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLOA/2025 (PLN 26/2024), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025".

PL 2440/2023 - Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências. Item nº 1.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Pendente

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

Reunião - Tema: Depoimentos

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 11h00

Reunião - Tema: Deliberação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025", que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 11h30

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Item nº 1.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação do PL nº 2.338, de 2023; pela aprovação das Emendas nº 4, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 38, 44, 47, 49, 50, 52, 67, 74, 75, 80, 86, 96, 99, 104, 108 e 125; pela aprovação parcial das Emendas nº 1, 3, 5, 7, 10, 22, 27, 34, 42, 43, 45, 46, 53, 78, 84, 94, 105, 106, 107, 114, 126, 127, 133, 140, 142, 143, 144, 145 e 146; e pela rejeição das demais, na forma do substitutivo consolidado apresentado; bem como pela declaração de prejudicialidade do PL nº 21, de 2020; PL nº 5.051, de 2019; PL nº 5.691, de 2019; PL nº 872, de 2021; PL nº 3.592, de 2023; PL nº 210, de 2024; e PL nº 266, de 2024.

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 13h30

PL 2481/2022 - Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo). Item nº 1.

Explicação: Na proposta de revisão da Lei do processo administrativo federal, dentre outras disposições, há a inclusão de artigo com o seguinte texto: "Art. 68-F. No âmbito dos processos administrativos e desde que haja concordância dos interessados, a Administração poderá se utilizar da mediação, da negociação, do comitê de resolução de disputas e da arbitragem, observada a legislação específica"

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste e das Emendas nºs 8, 9, 10, 25 e 28; pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 4, 5, 7, 12, 13, 19, 23, 24, 31 e 32; e pela rejeição das demais Emendas de Plenário, com substitutivo.

PL 2483/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: anteprojeto de lei ordinária do processo administrativo tributário da União, apresentado pelo Relatório Final da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional, instituída pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal nº 1/2022.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste e das Emendas nºs 19, 23, 33, 36, 41, 45, 47 e 50-PLEN, pelo acolhimento parcial das Emendas nos 27, 28 e 48-PLEN e pela rejeição das demais emendas, com substitutivo.

PL 2488/2022 - Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, com o acolhimento, total ou parcial das Emendas nºs 9, 10, 12, 13, 15, 21 e 22 e pela rejeição das demais emendas, com substitutivo.

CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h30

Oitivas - Tema: Oitivas da Superintendente da ANATEL e do Presidente do Instituto Locomotiva.

Quarta-feira (04/12)

CMA - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 09h15

Audiência Pública - Temas: Instruir o [PL 2088/2023](#), que "acrescenta o art. 12-A à [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#), que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro".

Convidados:

- Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG);
- André Nassar, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE);
- José Fernando Bello, presidente executivo do Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB);
- Augusto Silva, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Agricultura Sustentável (IBA);
- Fernando Sampaio, diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes (ABIEC);
- Marcos Antônio Matos, diretor geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ); e
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

Reunião - Tema: Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 3/2024, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

Reunião - Tema: Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLOA 2025 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025".

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

PL 953/2021 - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Item nº 1.

Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Parecer: Pela aprovação, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

PL 2891/2020 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal. Item nº 2.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Jorge Seif (PL/SC)

Parecer: Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta.

PL 133/2022 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX. Item nº 3.

Explicação: determina que, em casos de indícios de crimes patrimoniais através do PIX, deverá ser identificadas as instituições financeiras e/ou de pagamento envolvidas no fato, para que forneçam as informações cadastrais do usuário recebedor e demais informações necessárias à elucidação do crime; determinar o bloqueio dos valores e comunicar o bloqueio extrajudicial, no prazo máximo de 24 horas, ao juízo criminal competente.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Parecer: Pela aprovação deste pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, com substitutivo.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

Audiência Pública - Tema: Debater o tema "Ceitec: perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira", com o objetivo de subsidiar a Avaliação da Política Pública sobre a "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil".

Convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- Eugênio Vargas Garcia, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)
- Rogério Nunes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi)

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 11h00

Reunião- Tema: Deliberação das emendas da Comissão de Defesa da Democracia ao PLOA 2025